

## Avaliação de risco acerca da violência contra a mulher em Gurupi To.

### *Risk assessment about violence against women in Gurupi To*

Laslei Aparecida Teles Petrilli <sup>1</sup>, Eliana Nubia Moreira <sup>2</sup>, Daniely de Sousa Prado <sup>3</sup>, Ana Laura Oliveira Melo <sup>4</sup>, Rejane Nunes <sup>5</sup>

#### RESUMO

Trata-se de pesquisa exploratória descritiva de natureza quantitativa realizada na Delegacia Especializada no Combate a Violência Contra a Mulher do Município de Gurupi –To, realizada no período de agosto de 2020 a dezembro de 2020 e teve como objetivo avaliar o risco da violência contra a mulher que buscou o atendimento. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para aplicação da Parte I do Questionário Frida (Formulário Nacional de Avaliação de Risco). Com relação aos resultados os mesmos se alinham com os achados de perfis de agressores que tem em média 28 anos, ensino fundamental, são agressivos, perseguidores, são ex-companheiros, já cometeram atos violentos como sufocamento, tapa, empurrão, queimadura. Com relação às vítimas, as mesmas tem em média 26 anos, ensino médio, não dependem financeiramente dos ex-companheiros e tem filhos com os mesmos. Com relação ao risco verificou o Risco Alto já que as naturezas dos ataques foram violentos, chegando a necessidade de atendimento médico e o mais grave, na maioria afirmaram que os ex-companheiros tinham arma de fogo ou tinham acesso fácil a mesma, o que aumenta o risco para feminicídio.

**Palavras-chave:** violência, mulher, risco.

#### ABSTRACT

This is an exploratory descriptive study of a quantitative nature carried out at the Police Station Specialized in Combating Violence against Women in the Municipality of Gurupi -To, carried out from August 2020 to December 2020 and aimed to assess the risk of violence against women. woman who sought care. Semi-structured interviews were carried out to apply Part I of the Frida Questionnaire (National Risk Assessment Form). Regarding the results, they are in line with the findings of profiles of aggressors who are on average 28 years old, have elementary school, are aggressive, persecutors, are ex-partners, have already committed violent acts such as suffocation, slapping, shoving, burning. Regarding the victims, they are on average 26 years old, have completed high school, are not financially dependent on their ex-partners and have children with them. Regarding the risk, it was verified the High Risk, since the nature of the attacks were violent, reaching the need for medical care and the most serious, most stated that the former teammates had a firearm or had easy access to it, which increases the risk for femicide.

**Keywords:** violence, women, risk.

<sup>1</sup> Mestra em Gestão e Políticas Públicas, professora do Curso de Psicologia da Universidade Unirg. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8593-9724>

E-mail: lasleitp@gmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Psicologia Clínica e professora do Curso de Psicologia da Universidade Unirg 02. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8116-7253>;

<sup>3</sup> Acadêmico bolsista curso de Psicologia Universidade Unirg03. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5906-9489>;

<sup>4</sup> Acadêmico colaborador Curso Psicologia Universidade Unirg04. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4348-6480>;

<sup>5</sup> Acadêmico colaborador Curso Psicologia Universidade Unirg05 ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0553-7742>

## 1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher pode ser entendida como toda e qualquer ação ou conduta baseada no gênero que ocasione a morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, nos âmbitos público ou privado. A violência física pode ser compreendida como aquela que ofende a integridade ou saúde corporal da mulher fazendo o uso de força física por parte do agressor; a psicológica aquela que causa dano emocional ou diminuição da autoestima da mulher; a sexual se caracteriza por constranger a mulher a presenciar, manter ou participar de qualquer relação sexual não desejada; a violência patrimonial enseja reter, subtrair, destruir parcial ou total de pertences da vítima, sendo estes de qualquer natureza; a violência moral envolve em qualquer conduta que remeta a calúnia, difamação ou injúria da mesma (GOMES et al 2015).

A violência contra a mulher é uma questão que merece alerta e cada vez mais tem resultado em pesquisas nas mais diversas áreas e seus resultados são expressivos, traduzindo uma realidade bastante complexa e que abrangem por sua vez diversas áreas de ações tanto para prevenção, acompanhamento como repressão (GUIMARÃES, PEDROZA, 2015).

A imposição da força masculina ainda prevalece em muitas culturas levando ao homem recorrer a esta saída para submeter em vários aspectos suas mulheres e parceiras, sendo estes comportamentos violentos e agressivos legitimados em tradições transmitidas intrafamiliares (ALLEN; DEVITT, 2012, EFE, 2010, FERNÁNDEZ, 2006). Achados dos trabalhos de Alves (2016) chega a nos relatar que existem narrativas que atribuem culpa as mulheres da violência pelos homens praticadas, isto é, elas não se comportaram devidamente, portanto eles agiram de maneira agressiva por causa desse comportamento indevido delas. Historicamente se constata que há uma transmissão de poder concedida às figuras masculinas, que submetem as mulheres a uma condição de inferioridade, afirmada pela desigualdade de gênero.

Às mulheres foi a submissão às figuras masculinas, introjetando a desigualdade de gênero ao longo da história (KORPI; FERRARINI; ENGLUND, 2013, PETER; DROBNIC, 2013), resultando nas crenças enraizadas, negação ou aceitação das violências, que por muito, passaram e passam desapercibidas. (BOSCH-FIOL; FERRER-PEREZ, 2012, KNICKMEYER; LEVITT; HORNE, 2010, YAMAWAKI ET AL., 2012). Este fato impacta na atitude das mulheres uma vez que sua resposta ao abuso é guiada pelas crenças sobre si mesmas e seu papel no casamento e do seu gênero na sociedade. (BOONZAIER; DE LA

REY, 2004)

Embora a violência doméstica contra a mulher seja considerada problema mundial é um assunto de difícil abordagem e enfrentamento pelas mulheres, que muitas vezes demoram a prestar denúncia, como para profissionais das diversas áreas. As mulheres se envergonham e se sentem culpadas pela agressão sofrida e pode causar constrangimento e impedir a vítima de procurar ajuda e efetivar a denúncia contra o agressor. (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013). Assim como, estudos constataam que há profissionais das diversas áreas envolvidos neste contexto, com inabilidade para lidar com esta situação, apresentando dificuldades em estabelecer abordagens que contribuam com a minimização destes comportamentos agressivos, violentos e abusados contra a mulher

Segundo o Atlas da Violência (2019), houve um crescimento do feminicídio no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia e ainda 4.936 mulheres foram mortas em registro crescente de 2007. Ainda entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, passando de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Nesses dez anos, houve crescimento da taxa em 17 Unidades da Federação. Na taxa nacional um aumento de 5,4% no último ano, período em que se verificam taxas ascendentes em 17 UFs em relação a 2016.

No total, dezenove das 27 UFs brasileiras tiveram redução nas taxas de homicídios de mulheres entre 2017 e 2018. As reduções mais expressivas aconteceram nos estados de Sergipe (48,8%), Amapá (45,3%) e Alagoas (40,1%). Os estados com as menores taxas de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes, em 2018, foram São Paulo (2,0) Santa Catarina (2,6), Piauí (3,1), Minas Gerais (3,3) e Distrito Federal (3,4). No mesmo sentido, essas cinco UFs também apresentaram as menores taxas gerais de homicídios no país em 2018.

Entre as UFs cujas taxas de homicídios de mulheres aumentaram no período, três apresentaram um aumento superior a 20%: Roraima (93%), Ceara (26,4%) e Tocantins (21,4%). Roraima e Ceará também apresentaram as maiores taxas de feminicídios por 100 mil habitantes em 2018 – 20,5 e 10,2, respectivamente –, seguidos pelo Acre (8,4) e pelo Pará (7,7). Esses estados também figuram entre aqueles com as maiores taxas gerais de homicídios no país em 2018. No entanto, cabe ressaltar que, para os três estados com os aumentos mais expressivos nas taxas de homicídios de mulheres, a tendência observada em relação a taxa geral de homicídios não é exatamente a mesma: em Roraima, o aumento foi de 51,3% no total de homicídios (contra 93% nos registros com vítimas mulheres); no

Tocantins, a taxa cresceu apenas 2%; e, no Ceará, houve uma queda de 10,4% na taxa total de homicídios entre 2017 e 2018.

O estado e o poder judiciário devem promover ações eficazes na proteção das mulheres e a criação da LMP ajudou a coibir, educar a sociedade, visto que a lei “deve criar meios de atendimento humanizado às mulheres, agregando direitos humanos e contribuir para educar toda uma sociedade” (BRASIL, 2006, p. 7).

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com parceria do CNJ, Ministério da Relações Exteriores, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério dos Direitos Humanos, Delegação da União Europeia no Brasil (DELBRA) e Observatório Nacional de Violência de Gênero, teve a oportunidade de unir esforços para oferecer a resposta mais séria possível, no limite de suas atribuições.

Desde 2017, por meio de suas comissões especializadas na defesa dos direitos fundamentais, o CNMP tem procurado alternativas no combate a tais crimes, especialmente por projetos internacionais de cooperação com a União Europeia, através de um programa denominado Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil.

Diante do cenário histórico cultural e apesar dos avanços das sociedades e das leis a violência permanece e além dela a possibilidade da morte tem se tornado mais aterrorizante, sendo assim, este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados obtidos na aplicação do formulário Frida, a fim de classificar o risco da violência sofrida pelas mulheres que se apresentaram para fazer denuncia, na rede atendimento à mulher, especificamente na Delegacia Especializada no atendimento à Mulher vítima de violência na cidade de Gurupi -To.

As mesmas procuram o atendimento depois de algum tempo convivendo sob ameaça, violência, perseguição, portanto é de fundamental importância poder avaliar neste momento da procura o RISCO que esta mulher está correndo em relação à violência.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de natureza quantitativa, realizada no período de agosto de 2020 a dezembro de 2020, na Delegacia da Mulher no município de Gurupi-To. Com o objetivo de exibir os resultados obtidos na aplicação do formulário Frida, a fim de dispor o risco da violência sofrida pelas mulheres que se apresentaram para

fazer denuncia, na rede atendimento à mulher, especificamente na Delegacia Especializada no atendimento à Mulher vítima de violência. Amostra deste estudo está representada pelos critérios de inclusão de mulheres que compareceram na Delegacia nas segundas-feiras no período da manhã para prestar queixa contra seu companheiro ou ex-companheiro e aceitaram responder a pesquisa. Foram excluídas outras mulheres que compareceram à delegacia no mesmo dia da semana e horário por outros motivos como, prestar depoimentos, prestar queixa de agressão a menor ou informar estupro por desconhecido, ou que não aceitaram participar da pesquisa.

Este estudo optou por fazer a coleta dos dados, utilizando somente a primeira parte do Formulário Frida (Resolução Conjunta nº 5 de 3 de março de 2020 do CNJ) que consiste em 26 questões que indica de forma objetiva, o grau de risco que se encontram as mulheres vítimas de violência, em virtude das respostas dadas às perguntas do formulário. Está dividido em Identificação das partes, Bloco I Sobre o Histórico da Violência, Bloco II- Sobre o (a) agressor (a), Bloco III- Sobre Você e Bloco IV- outras informações importantes.

O procedimento de coleta de dados foi realizado pelas estagiárias participantes da pesquisa, que permaneciam de plantão na Delegacia da Mulher, e no exato momento em que a vítima chegava ao local para prestar queixa contra algum agressor, diante de um ato de violência sofrido, era abordada pelas pesquisadoras que esclareciam o objetivo da pesquisa e solicitavam a concordância em participar, e se aceita, assinavam o termo de consentimento livre esclarecido e assim eram conduzidas a sala designada para serem entrevistadas.

O Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (FRIDA), surge em razão dos projetos organizados no âmbito do CNMP, traz perguntas, cujas respostas contribuem na identificação do grau de risco em que a vítima mulher se encontra.

O FRIDA, que foi estudado e desenvolvido cientificamente pelos peritos Ana Lúcia Teixeira, Manuel Lisboa e Wania Pasinato, indica, de forma objetiva, o grau de risco da vítima em virtude das respostas dadas às perguntas do formulário, o que pode reduzir a probabilidade de uma possível repetição ou ocorrência de um primeiro ato violento contra a mulher no ambiente de violência doméstica.

Acredita-se que pesquisar o risco da violência sofrida pela mulher, em seus locais de atendimento seja fundamental para determinar o seu potencial, auxiliando nas decisões de medidas protetivas, na conscientização da mulher, já que ao responder o formulário ela terá oportunidade de perceber melhor sua situação. A formulação de Políticas Públicas

eficientes tem credibilidade ao serem baseadas em pesquisas científicas que podem atestar, quantificar, descrever, qualificar o objeto pesquisado.

A eficácia do instrumento utilizado está em contribuir através dos resultados obtidos, conhecimentos que possibilitem estratégias, por parte das redes de apoio responsável pelo atendimento a mulheres em situação de violência nas áreas da assistência psicossocial e jurídica e da saúde, para que possam reduzir a probabilidade de uma possível repetição ou ocorrência de um primeiro ato violento contra a mulher no ambiente de violência doméstica.

A relevância deste estudo se revelou pela própria eficácia do instrumento contruido com a intenção de reduzir a probabilidade de uma possível repetição ou ocorrência de um primeiro ato violento contra a mulher no ambiente de violência doméstica.

Este projeto de pesquisa contou com bolsa remunerada para um acadêmico ofertada no edital de lançamento pela PROPESQ da Universidade de Gurupi UnirG que foi aprovado pelo Comitê de Ética, parecer nº 4.046.709.

### 3. RESULTADOS

Os dados serão apresentados em forma de texto e tabelas para facilitar a compreensão. Cerca de 50% das vítimas possuem ensino médio completo com média de idade de 26 anos e de acordo com os dados colhidos pelo questionário Frida as vítimas não estão em um relacionamento com seus agressores em sua maioria, isto é 66,66% e estão buscando se desvencilhar dos seus ex- companheiros.

**Tabela 1- Perfil da vítima**

Variável	Categoria	%
Idade média	26 anos	50
Escolaridade	Ensino médio completo	50
Relação com o agressor	Não se relacionam com os agressores	66,66
Delito praticado pelo agressor	Ameaças e riscos de reincidência da violência	83,4
	Ameaças com agressões físicas	100
Consequências da agressão	Atendimento médico ou internação devido as agressões sofridas	50
Atividade sexual com Agressores	Não foram obrigadas a manter relações sexuais	83,4
Atitudes do agressor	Ciúmes excessivo	100
	Ameaça agravada nos últimos meses após medidas protetivas	100
Situação Conjugal	Divorciada ou possuem intenção	83,4

Com relação ao histórico de violência o que se pôde apurar é que o agressor ameaçou a vítima com a finalidade de atingi-la seja com faca, arma de fogo, ou outra forma em todos os relatos colhidos o que reafirma o alto risco da violência e a possibilidade da violência chegando em 83,4% das entrevistadas.

As características da violência relatadas são de natureza física e que envolvem na maior parte das vezes: *Queimadura, Enforcamento, sufocamento estrangulamento, soco, chute, tapa, empurrão, puxão de cabelo, atropelamento* além de ameaça. Essas características correspondem a 100% das entrevistadas. Metade delas, isto é, 50%, afirmaram ter tido a necessidade de atendimento médico e uma ainda, de internação como resultados das agressões físicas sofridas.

Interessante observar que a maioria afirma, 83,4%, não ser obrigada a manter relações sexuais com o agressor, mas que 100% afirmam que o agressor demonstra ciúmes excessivo, tenta controlar a sua vida e tudo o que faz e a maioria se encaixa nos comportamentos descritos nas sugestões do questionário como: *Disse algo parecido com a frase : “se não for minha não será de mais ninguém”; perturbou, perseguiu ou vigiou você nos locais que frequenta; proibiu você de visitar familiares ou amigos; fez telefonemas, enviou mensagens pelo celular ou e-mail de forma insistente; teve outros comportamentos excessivos e de controle sobre você.* E o mais grave, 100% afirmaram que as agressões e ameaças dos denunciados se tornaram mais frequentes ou mais graves nos últimos meses, que já haviam anteriormente solicitados medida protetiva, que os mesmos haviam cumprido, salvo apenas um caso de descumprimento.

Traçando um perfil do agressor o mesmo tem em média 28 anos e 50% tem ensino fundamental. Segundo as declarantes, faz uso de álcool ou álcool e drogas, o que corresponde a 83,4%, apenas uma declarou que o companheiro não fazia uso. 100% declarou que não são doentes mentais e 50% deles falou ou tentou suicídio e estão desempregados na mesma proporção. Apenas 33,33% das vítimas afirmaram que seus agressores não tinham acesso a arma de fogo contra 66,66% que afirmaram que eles não só têm acesso fácil como fizeram uso de arma de fogo para ameaça-las, assim como a seus familiares, outras pessoas e animais, o que aumenta o risco de feminicídio.

## **Tabela 2- Perfil do Agressor**

---

Variável	Categoria	%
Idade média	28 anos	50
Escolaridade	Ensino fundamental completo	50
Uso de substâncias Psicoativas	Uso de álcool/drogas	83,4
Distúrbios Psíquicos	Não	100
Atividade laboral	Desempregado	50
Ideação Suicida	Tentativa ou falou sobre o assunto	50
Acesso a arma de fogo	Sim	66,66
	Não	33,33

Quanto às vítimas, cinco delas, isto é, 83,4% afirmaram que se separaram ou tiveram intenção de se separar. Não se constatou terem divergências relacionadas a questões de pensão ou guarda dos filhos em comum, mas o que ficou evidente foi o fato de estarem em outro relacionamento reafirmando a ideia de posse e agressividade vinda da não aceitação do término do relacionamento.

#### 4. DISCUSSÃO

Em estudo realizado em Curitiba- PR, Labronici et al. (2010) analisaram 886 fichas de registros de violência e encontraram vítimas tinham entre 18 e 88 anos de idade, baixa escolaridade, e que sofreram violência física, psicológica, sexual, principalmente pelos companheiros e pessoas conhecidas. Já em relação ao agressor, 95,77% das mulheres apontaram o companheiro ou ex-companheiro que torna mais difícil a denúncia e o rompimento do ciclo danoso.

Na pesquisa realizada na Delegacia Especializada em Gurupi apenas 16,6% do total tinha ensino fundamental, vivendo em bairro periférico em sua maioria, isto é 100% declaram morar em bairro, área ou comunidade com risco de violência, contrariando os achados do estudo de Acosta, Gomes e Barlem (2013) que analisaram 902 ocorrências e observaram a predominância de mulheres jovens, com baixo nível de escolaridade, residentes em bairros periféricos com predominância da violência física na metade dos casos.

Bittar, Kohlsdorf (2017), em sua pesquisa ressaltam e diferem vários tipos de atitudes agressivas reconhecidas pelas vítimas acerca dos comportamentos de seus agressores. São reconhecidos ciúmes, possessividade e agressividade de seus companheiros ou ex-companheiros. Revelam ainda que já sofreram mais de um tipo de agressão. Esses dados

alinham-se nos achados da pesquisa junto a delegacia onde as entrevistadas afirmam que os mais variados comportamentos já foram observados nos seus companheiros como: *Disse algo parecido com a frase: “ se não for minha, não será de mais ninguém, perturbou, perseguiu ou vigiou você nos locais que frequenta, proibiu de visitar familiares e amigo em 63,33 dos relatos.*

Gadoni-Costa, Zucatti e Dell’Aglio (2011), em estudo na Delegacia da Mulher da região metropolitana de Porto Alegre, constataram 351 casos que aconteciam no ambiente doméstico. O uso de álcool e outras drogas e a presença de violência anterior nas famílias. O consumo de drogas lícitas ou ilícitas também corroboram com os achados da presente pesquisa que apontaram 83,4% faz uso de álcool, ou a combinação de álcool e drogas.

Observou-se no trabalho de Bittar, Kohlsdorf, (2017), que 9 participantes citaram que seus companheiros fazem uso de bebida alcoólica, um consome drogas ilícitas e cinco não ingerem bebida alcoólica nem fazem uso de entorpecentes, e que este fato colabora para que medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha possam ser concedidas. Sugere que o uso dessas substâncias aumenta o risco de violência, portanto as medidas protetivas são concedidas.

Os dados colhidos na pesquisa apontam que 66,66% das vítimas foram agredidas pelos seus ex- companheiros o que acompanha a pesquisa realizada por Oliveira et al (2019), que averiguaram que a violência em sua maioria é praticada por companheiros e ex-companheiros 60% e que tal situação ocasionava cicatrizes invisíveis.

Afirmam os pesquisadores Day et al, (2003), que muitas mulheres acabam abandonando os parceiros violentos, rompendo o ciclo de negação ou submissão, essa pesquisa se confirma com a pesquisa realizada já que 66,33 % das vítimas estavam em novos relacionamentos, estavam presentes na delegacia fazendo denúncia contra seus ex-companheiros.

Estudo realizado em 10 países europeus evidenciou que os assassinatos entre parceiros correspondem a 14% de todos os homicídios, sendo 39% dos homicídios femininos e 6% dos homicídios masculinos (CORRADIC, STÖCKLH, 2014).

Bezerra (2014), afirma que dentre os fatores que provocam a violência contra a mulher o ciúme e a ruptura da relação por parte dela são considerados relevantes, o que confere com o estudo realizado já que as mulheres entrevistadas estavam se referindo aos seus agressores 66,66 % como ex.

Outros fatores que podem favorecer a vitimização ou ataque de morte a mulheres são a troca de parceiro, perseguição pelo agressor, acesso facilitado a armas, baixa

escolaridade (Telles, Lisieux E. de B. et al.2016). De acordo com os dados coletados 66,6% são ex-companheiro, 66,66% que afirmaram que eles não só têm acesso fácil como fizeram uso de arma de fogo para ameaça-las, e ainda 50% tem ensino fundamental.

No Brasil, o perfil epidemiológico das mulheres vítimas de homicídio é predominantemente de jovens (18 a 30 anos de idade), negras (aumento de 190,9% de homicídios em 10 anos), agredidas por familiar direto, mortas no próprio domicílio e com predomínio do uso da força na produção das lesões fatais (WAISELFISZ JJ, 2015). As vítimas pesquisadas têm uma média de 26 anos o que se encaixa na média e 83,3% se identificou com a cor parda.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que teve como objetivo avaliar o Risco da violência contra a mulher pôde colher dados do perfil do relacionamento e comportamento do agressor como de perseguição, tentativa de estrangulamento, sufocamento, uso de arma de fogo mesmo na condição de ex-companheiro se configurando em risco alto de violência com possibilidade de agravo dessa violência. A maioria das vítimas necessitou de atendimento médico o que corrobora no entendimento dos atos já haverem acontecido com gravidade.

O que chamou a atenção nos resultados foi a quantidade de afirmações acerca do uso de arma de fogo e a facilidade de conseguir a mesma, isto confere um alto risco da violência e possibilidade de feminicídio.

Considera importante a aplicação do instrumento para dar direcionamento no atendimento e entendimento da situação vivida pela vítima, que muitas vezes não tem a percepção exata da gravidade que a cerca.

Verificou-se que apenas a medida protetiva não garante a proteção desta mulher, mas sim ações mais contundentes como a repressão a arma de fogo e a dificuldade de acesso poderiam colaborar na diminuição da violência e do feminicídio.

O estudo poderá ser ampliado para outras regiões circunvizinhas o que colaboraria para traçar, não só o perfil do agressor, como os meios da agressão e o mapa do armamento ilegal. Uma limitação do estudo foi que o mesmo não foi aplicado em sua totalidade, utilizando-se apenas da primeira parte do Formulário FRIDA, em função das condições do espaço físico para as entrevistas com as vítimas, o tempo e o ritmo de trabalho da Delegacia Especializada.

Verificou a importância desta pesquisa e da necessidade de mais pesquisas serem realizadas para nortear Políticas Públicas de combate à violência contra a mulher. Para que isso ocorra, cada região deve conhecer suas demandas a fim de viabilizar medidas de prevenção, orientação, promoção de ações e conduções desta questão que envolvem ações sociais, legais, de saúde, econômicas, educacionais, isto é, uma gama de ações articuladas para a prevenção, combate e tratamento deste que é um grave problema sociedade atual.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Daniele Ferreira; GOMES, Vera Lucia de Oliveira; BARLEM, Edison Luiz Devos. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. ***Acta Paulista de Enfermagem***, 2013, 26: 547-553.

ALVES, Maria João Vidal, et al. Evolution and analysis of cultural and cognitive factors related with domestic violence against women. ***Journal of interpersonal violence***, 2019, 34.3: 621-641.

ALVES, Maria da Conceição Lima; DUMARESQ, Mila Landin; SILVA, Roberta Viegas. As Lacunas no Enfrentamento à Violência contra a Mulher: análise dos bancos de dados existentes acerca da vigilância doméstica e familiar. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado Federal. ***Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado. abril/2016 (Texto para Discussão nº 196). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em, 2016, 30.***

SILVA, Tamires Pereira. ***Modelação e análise espacial da violência doméstica e familiar contra a mulher***. 2016. PhD Thesis.

BEZERRA, Flavianna Lima, et al. ***Perfil da violência contra mulheres analisadas junto ao NUMOL/CG no ano de 2012***. Campina Grande. Monografia, 2014.

BITTAR, Danielle; KOHLSDORF, Marina. Ansiedade e depressão em mulheres vítimas de violência doméstica. ***Psicologia Argumento***, 2017, 31.74.

BOONZAIER, Floretta; DE LA REY, Cheryl. Woman abuse: The construction of gender in women and men's narratives of violence. ***South African Journal of Psychology***, 2004, 34.3: 443-463.

BOSCH-FIOL, Esperanza; FERRER-PÉREZ, Victoria A. Nuevo mapa de los mitos sobre la violencia de género en el siglo XXI. ***Psicothema***, 2012, 24.4: 548-554.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador, et al. ***Atlas da violência*** 2020. 2020. CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro, et al. ***Atlas da violência*** 2019. 2019.

CORRADI, Consuelo; STÖCKL, Heidi. Intimate partner homicide in 10 European countries: Statistical data and policy development in a cross-national perspective. *European Journal of Criminology*, 2014, 11.5: 601-618.

DAY, Vivian Peres, et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 2003, 25: 9-21.

ALLEN, Mary; DEVITT, Catherine. Intimate partner violence and belief systems in Liberia. *Journal of Interpersonal Violence*, 2012, 27.17: 3514-3531.

EFE, Senguel; AYAZ ALKAYA, SULTAN. **Domestic violence against women and women's opinions related to domestic violence**. 2010.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 2011, 28: 219-227.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 2015, 27: 256- 266.

GOMES, Samara Calixto, et al. Análise de dados sociodemográficos de notificações de violência psicológica e moral. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, 2015, 14.2.

FERNÁNDEZ, Madeline. Cultural beliefs and domestic violence. 2006.

KNICKMEYER, Nicole; LEVITT, Heidi; HORNE, Sharon G. Putting on Sunday best: The silencing of battered women within Christian faith communities. *Feminism & Psychology*, 2010, 20.1: 94-113.

LABRONICI, Liliana Maria, et al. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 2010, 44: 126-133.

TELLES, Lisieux E. de B., et al. **Intimate partner violence during pregnancy: case report of a forensic psychiatric evaluation**. 2016.

OLIVEIRA, Caio Alves Barbosa de, et al. Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia-Brasil. *Revista Cuidarte*, 2019, 10.1.

PETER, Sascha; DROBNIČ, Sonja. Women and their memberships: Gender gap in relational dimension of social inequality. *research in social stratification and mobility*, 2013, 31: 32-48.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando famílias*, 2013, 17.1: 63-76.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Flacso Brasil, 2015.

YAMAWAKI, Niwako, et al. Perceptions of domestic violence: The effects of domestic

---

violence myths, victim's relationship with her abuser, and the decision to return to her abuser. ***Journal of Interpersonal Violence***, 2012, 27.16: 3195-32